



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Gabinete do Vereador Cláudio Rodrigues (Cidadania)**

---

**REQUERIMENTO Nº 45/2025**

**O VEREADOR QUE A ESTE SUBSCREVE**, vem, por meio do presente instrumento, requerer, após consulta ao Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Augusto Guimarães De Oliveira, com cópia para o Secretário Municipal de Saúde Sr. Eduardo Luiz Da Silva o anteprojeto de Lei, que Institui e regulamenta a Telemedicina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Montes Claros/MG, e dá outras providências.

Sendo só para o momento, coloco-me á disposição para eventuais esclarecimentos renovando voto de profundo respeito institucional.

**Montes Claros, 15 de Dezembro de 2025**

**VEREADOR CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **Gabinete do Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus (Cidadania)**

---

#### **ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ / 2025**

**Institui e regulamenta a Telemedicina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Montes Claros/MG, e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, indica ao Poder Executivo Municipal a adoção da seguinte proposta de Lei:

#### **Art. 1º**

Fica instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Montes Claros/MG a Telemedicina, como modalidade complementar de prestação de ações e serviços de saúde, mediante o uso de tecnologias da informação e comunicação.

#### **Art. 2º**

A Telemedicina no SUS municipal tem por finalidade: I – ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, especialmente nas regiões periféricas, rurais e distritais do Município; II – reduzir filas e o tempo de espera por consultas, exames e atendimentos especializados; III – apoiar e qualificar as equipes da Atenção Primária à Saúde; IV – garantir maior resolutividade e eficiência nos atendimentos; V – promover a integralidade, a equidade e a continuidade do cuidado em saúde.

#### **Art. 3º**

São modalidades de Telemedicina no âmbito do SUS municipal: I – Teleconsulta: consulta realizada à distância entre profissional de Saúde habilitado e paciente; II – Teleconsultoria: comunicação entre profissionais da saúde para esclarecimento de dúvidas clínicas, diagnósticas ou de gestão; III – Telediagnóstico: emissão de laudos e diagnósticos à distância a partir de exames realizados na rede municipal; IV – Telemonitoramento: acompanhamento remoto de pacientes, especialmente os portadores de doenças crônicas, idosos e pessoas com deficiência; V – Tele-educação em saúde: ações de capacitação, educação permanente e apoio técnico aos profissionais do SUS.

#### **Art. 4º**

A Utilização da Telemedicina será de caráter complementar, não substituindo o atendimento presencial quando este for indispensável à adequada avaliação clínica do paciente.

#### **Art. 5º**

A prestação dos serviços de Telemedicina observará, obrigatoriamente: I – as normas e resoluções do Conselho Federal de Medicina e dos respectivos conselhos profissionais; II – a legislação federal e estadual vigente; III – a proteção e o sigilo das informações e dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; IV – o consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu responsável legal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **Gabinete do Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus (Cidadania)**

---

#### **Art. 6º**

Os atendimentos realizados por meio da Telemedicina deverão ser devidamente registrados em prontuário eletrônico, preferencialmente integrado aos sistemas oficiais do SUS, especialmente o e-SUS.

#### **Art. 7º**

O Município de Montes Claros poderá: I – utilizar plataformas digitais próprias ou contratadas; II – firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com a União, o Estado de Minas Gerais, universidades, hospitais públicos, consórcios de saúde e demais entidades públicas; III – integrar-se a programas federais e estaduais de telessaúde, especialmente ao Programa Telessaúde Brasil Redes.

#### **Art. 8º**

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário, observada a legislação vigente.

#### **Art. 9º**

O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até (\_30\_) dias, por meio de decreto.

#### **Art 10º**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Atenciosamente,**

**Montes Claros, 15 de Dezembro de 2025.**